



## A PRODUÇÃO DO ESPAÇO ACREANO E O MIGRANTE NORDESTINO

Aldenisce Oliveira Cardoso<sup>1\*</sup>, Silvio Simione da Silva<sup>2</sup>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-9652-0784>, <https://orcid.org/0000-0001-5348-9899>

<sup>1</sup>Mestranda da Universidade Federal do Acre, Programa de Pós-graduação em Geografia, Rio Branco, Acre, Brasil, <sup>2</sup>Professor, da Universidade Federal do Acre, Centro de Filosofia e Ciências Humanas e do Programa de Pós-graduação em Geografia, Rio Branco, Acre, Brasil

[\\*aldenisce.cardoso@sou.ufac.br](mailto:*aldenisce.cardoso@sou.ufac.br)

Recebido em: 12/12/2024; Aceito em: 30/07/2025; Publicado em: 16/08/2025

DOI: [registrando](#)

### RESUMO

A produção do espaço em que situa o atual estado do Acre, teve em seu processo inicial de formação vinculado ao avanço do capitalismo, como força motora para a sua “ocupação” e exploração perante a exploração da borracha natural. Foi nisso que se estabeleceram as relações de produção e trabalho que sustentaram este processo, já nos finais do século XIX. O presente trabalho busca relatar o modo como se deu a produção do espaço acreano, destacando a forma de trabalho dos migrantes nordestinos que foram responsáveis por manter os lucros das casas aviadoras de Belém e Manaus entre 1880 a 1945. A consolidação desta pesquisa de caráter bibliográfico, realizou-se por meio da leitura de trabalhos científicos com conteúdos relacionados ao tema da produção do espaço acreano em relação aos migrantes nordestinos. Conclui-se que ao adentrar no espaço amazônico, os migrantes nordestinos tiveram que se adaptar à nova realidade, com a forma de trabalho e de vida totalmente diferente ao que estavam acostumados em suas terras de origem.

**Palavras-chave:** Espaço; Acre; Migrante; e Seringueiros.

### *THE PRODUCTION OF ACREAN SPACE AND THE NORTHEAST MIGRANT*

### ABSTRACT

The production of the space where the current state of Acre is located was initially linked to the advance of capitalism, serving as the driving force for its “occupation” and exploration, primarily due to the extraction of natural rubber. It was within this context that the production and labor relations that sustained this process were established, already by the end of the 19th century. This paper aims to report how the production of Acrean space took place, focusing on the labor of northeastern migrants who were responsible for maintaining the profits of the shipping houses in Belém and Manaus between 1880 and 1945. The consolidation of this bibliographic research was carried out through the reading of scientific works related to the topic of the production of Acrean space in relation to the northeastern migrants. It is concluded that, upon entering the Amazonian space, the northeastern migrants had to adapt to a new reality, with work and life conditions completely different from what they were accustomed to in their places of origin.

**Keywords:** Space; Acre; Migrant; and Rubber Tappers.

## **LA PRODUCCIÓN DEL ESPACIO ACREANO Y EL MIGRANTE DEL NORESTE**

### **RESUMEN**

La producción del espacio donde se encuentra el actual estado de Acre estuvo vinculada, en su proceso inicial de formación, al avance del capitalismo como fuerza motriz para su "ocupación" y explotación en función de la extracción del caucho natural. Fue en este contexto que se establecieron las relaciones de producción y trabajo que sustentaron este proceso hacia finales del siglo XIX. El presente trabajo busca relatar cómo se dio la producción del espacio acreano, destacando la forma de trabajo de los migrantes nordestinos que fueron responsables de mantener las ganancias de las casas aviadoras de Belém y Manaus entre 1880 y 1945. La consolidación de esta investigación, de carácter bibliográfico, se realizó mediante la lectura de trabajos científicos con contenidos relacionados con el tema de la producción del espacio acreano en relación con los migrantes nordestinos. Se concluye que, al adentrarse en el espacio amazónico, los migrantes nordestinos tuvieron que adaptarse a una nueva realidad, con una forma de trabajo y vida totalmente diferente a lo que estaban acostumbrados en sus tierras de origen. **Palabras clave:** Espacio; Acre; Inmigrante; y Seringueros.

### **1. INTRODUÇÃO**

A transformação do espaço natural em espaço geográfico é condicionada pela relação entre sociedade e natureza, na qual – de acordo com a evolução histórica (sociedade-natureza) – ocorre a artificialização do meio natural. Essa relação somente se torna possível por meio do “produto do trabalho humano, pois como uma ação social com/sobre a natureza o espaço transformado é artificializado, dando-lhes as condições geográficas nas quais vivemos. Sendo assim, por meio do trabalho, ocorre a mediação entre a humanidade e a natureza, formando uma unidade dialética – sociedade-natureza” (Fontana *et al*, 2016, p. 270).

O trabalho, segundo Prieb e Carcanholo (2011), está comumente ligado à uma carga de esforço e desprazer, onde inicialmente os escravizados eram encarregados no predomínio do trabalho forçado e enquanto os homens livres estavam ligados diretamente às atividades intelectuais, às ciências e às artes. O trabalho parte da tentativa de sobrevivência humana, em busca de suprir as suas necessidades básicas, evoluindo para outros tipos de necessidades, produzindo riqueza.

Conforme Marx (2010), o homem acaba por transformar a natureza e assim transforma a si próprio, pois o homem age de forma consciente e não intuitiva. Então o trabalho é condicionado aos meios e objetos de trabalho, uma vez que o objeto é retirado da natureza em seu estado “bruto” e os meios de trabalho são caracterizados pelos instrumentos utilizados para a sua execução e transformação dos objetos, na consolidação da atividade produtiva através dos meios de produção (meios e objetos de trabalho juntos).

Quando observamos o espaço produzido em que se insere o atual Estado do Acre, não podemos deixar de destacar que em seu processo de formação, o avanço do capitalismo

contribuiu majoritariamente para a “ocupação” e exploração desta porção da Amazônia Sul-Occidental. Assim, de acordo com as relações de produção e trabalho do século XIX, pôs um ritmo de exploração dos recursos em que possibilitou até mesmo a incorporação destas terras ao Brasil. Porém, essa porção territorial não estava desocupada; aqui já viviam diversos povos indígenas que, secularmente habitavam estas terras, sendo seus os primeiros habitantes.

Com a da Revolução Industrial, o desenvolvimento tecnológico e a consolidação do capitalismo, cria-se a necessidade do uso da borracha natural para abastecer o “mercado internacional em face ao avanço da indústria pneumática e automotiva na Inglaterra e nos EUA” (Silva, 2003, p. 100). Gonçalves (2001) *apud* Silva (2008) destaca que a então matéria prima extraída do látex da seringueira já era conhecida pelos povos nativos e populações tradicionais da Amazônia no que denominou como “seringais caboclos”. Nessa fase, o uso e exploração eram incipientes, sendo insuficiente para atender demandas mercadológicas.

Portanto, a exploração do látex em larga escala, dada a imediatez do produto no mercado, haveria de ser organizada e realizada por mão-de-obra não indígena, sendo uma exploração capaz de atender a demanda solicitada pelo mercado internacional. Para isso, a transferência de trabalhadores nordestinos para esta região amazônica possibilitou a instalação dos seringais, aos que tiveram uma organização em forma de empresa extrativista, conforme Gonçalves (2001) *apud* Silva (2008) “seringais empresas”. A empresa instalada possuía a mesma base filosófica, onde o único bem que o trabalhador deveria possuir era a sua força de trabalho, pois ele não era proprietário dos meios de produção. Então, o trabalhador somente “venderia” a sua capacidade de trabalhar ao patrão, ficando desprovido de qualquer outro domínio, embora vivendo espalhados nas florestas e nas unidades de produção estabelecidas: “as colocações”.

Considerando o exposto, o presente trabalho busca relatar a forma como se deu a produção do espaço acreano e destacar a forma de trabalho dos migrantes nordestinos que foram responsáveis por manter os lucros das casas aviadoras de Belém e Manaus. A consolidação desta pesquisa de caráter bibliográfico, realizou-se por meio da leitura de trabalhos científicos, tais como: artigos, monografia, tese, livros e sites com conteúdos relacionados ao tema da produção do espaço acreano pelos migrantes nordestinos. A seleção do material utilizado foi possível através da análise detalhada dos materiais, a fim de organizar as informações de acordo com o objetivo requerido. Com a finalidade de sistematizar as fontes bases da pesquisa, realizou-se a separação dos materiais para identificar os que estavam relacionados e a relevância para o tema abordado.

Como parte do espaço amazônico, o espaço acreano traz marcas de expropriação, exploração, escravização e conflitos, desde o princípio de sua tomada motivada pela força de interesse do capital global. Assim, a seguir tentaremos relatar como ocorreu a forma de ocupação desta unidade federativa pelos seringalistas e migrantes nordestinos.

## **2. O PRODUÇÃO DO ESPAÇO E A “OCUPAÇÃO” DAS TERRAS ACREANAS PELOS MIGRANTES NORDESTINOS**

O trabalho é o meio universal pelo qual o homem se relaciona com a natureza, “é por meio do trabalho que ocorre o processo de apropriação e transformação da natureza pelo homem” (Fontana *et al*, 2016, p. 275-276). No espaço acreano, diante da expansão da ocupação do espaço por frentes vindas de outras regiões do Brasil, o trabalho humano foi o mediador entre a natureza e as formas socioeconômicas que se impôs regionalmente, negando os modos pretéritos de uso do espaço, frente a chegada dos migrantes nordestinos. Diante disto, já havia forma de uso neste espaço, Iglesias (2008) em sua tese relata as expedições exploratórias de estudiosos, como o engenheiro inglês William Chandless (1867), as expedições de Chandless eram realizadas para identificação das áreas ricas em seringueiras no alto Rio Purus e em seus afluentes, com frequência, encontravam enormes e diversificados roçados plantados próximos às malocas indígenas.

Encontradas as áreas com a presença da *hevea brasiliensis*, que possui alto potencial produtivo, iniciou-se o processo de exploração voltado para a mobilidade do trabalho e do capital para a região. Este processo, baseou-se no quase extermínio das populações nativas e na apropriação de suas terras, uma vez que esses não se davam pacificamente aos sistemas impostos pelos seringais. De acordo com Iglesias (2008), a mão de obra utilizada para povoar e garantir a extração do látex se deu através da importação de trabalhadores nordestinos, oriundos especialmente do Ceará e de outros estados como Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Piauí, geralmente originários de regiões marcadas por períodos de intensas seca e pela forte concentração fundiária que dominava também o atual Nordeste brasileiro.

A principal razão para esses movimentos migratórios humanos, foi econômica, em que as pessoas deixavam seu local de origem em busca de melhores condições de sobrevivência e de vida. Singer (1998), através de sua pesquisa, aponta que as características da migração ao longo da história são resultadas do processo de modernização constituído em uma economia capitalista. E dessa maneira, trata-se de um processo social em conjunto e não particularmente individual, onde quase sempre os motivos que levam as pessoas a migrarem são decorrentes da

procura por melhores condições de vida e trabalho, evidenciando que as causas econômicas são fatores impulsionantes na realização da migração. Há que se ressaltar que as propagandas que se fazem para atrair migrantes de uma região para outra, ocasionalmente são devidamente verdadeiras como ocorreu no processo de formação das terras acreanas.

O processo de abertura dos seringais data à última década do século XIX, assim como é declarado por Iglesias (2008):

A abertura de seringais no alto curso do Juruá e seus afluentes, até a foz do rio Breu, ponto a partir do qual a "hevea brasiliensis" (a "seringa real") se torna rara (Mendonça, 1989: 74; Tastevin, 1920; Almeida, 2004: 36), foi concluída em meados da década de 1890, quase dez anos antes, portanto, da criação do Território Federal do Acre, em 1903, e da fundação de Cruzeiro do Sul, capital do Departamento do Alto Juruá, em 1904 (Iglesias, 2008, p. 32).

As condições dos migrantes nordestinos em seus locais de origem somado aos interesses do então governo brasileiro em povoar a Amazônia contribuíram para a concretização dos planos das casas aviadoras de Belém e Manaus. O principal interesse estava em abastecer o mercado internacional, concentrar toda a riqueza proveniente do extrativismo nos segmentos capitalistas que dominavam o processo, em especial as casas aviadoras foram quem mais lucraram, não é inverídico dizer que Belém e Manaus esbanjam monumentos construídos com o lucro da exploração de seringueiros.

Com o dever de promover a retirada dos indígenas dos seringais, os patrões e seringalistas promoviam verdadeiras caçadas armadas, chamadas de “correrias” para destruição das malocas e dispersão da população nativa para longe dos seringais. Isto que resultou em massacres com a captura de mulheres e crianças, forçando ainda o deslocamento das comunidades para as cabeceiras dos rios e seus afluentes. A justificativa para tamanha crueldade era que eles “concebiam os índios como ‘selvagens’, ‘feras’ (‘animais’) e ‘pagãos’ (ou ‘infiéis’)” (Iglesias, 2008, p. 09).

Conforme os indígenas eram dispersados e assassinados, o caminho estava livre para apropriação das terras, a extração do látex e a “produção da borracha em larga escala” (Silva, 2003, p. 101-102). As relações comerciais na empresa extrativista eram baseadas sob o sistema de aviamento, em que as casas aviadoras de Manaus e Belém recebiam créditos para que pudessem oferecer mercadorias aos seringalistas (patrão), contanto o que ao final de cada safra, ele entregasse a borracha produzida pelos seringueiros (fregueses) (Silva, 2003; Iglesias, 2008) nas referidas casas aviadoras.

Nos seringais, considerando os escritos de Silva (2003) e Iglesias (2008), o patrão realizava o repasse das mercadorias para os fregueses (seringueiros), estabelecendo uma relação

de exclusividade entre os dois, seja pelo convencimento da palavra ou de práticas violentas contra os seringueiros. Dito isto, Iglesias (2008) faz um exposto sobre essa relação entre os seringalistas e os seringueiros:

Desde a implantação da empresa seringalista, as relações entre patrão e fregueses estiveram balizadas pelos ‘regulamentos’, normas não escritas que estabeleciam um conjunto recíproco de responsabilidades e obrigações. Os regulamentos estipulavam que cabia ao patrão disponibilizar uma colocação com estradas de seringa já abertas, fornecer ao freguês as mercadorias necessárias ao seu consumo, prestar ‘assistência’ em tempos de doenças e pagar os saldos obtidos ao término da safra. Em contrapartida, eram atribuições do ‘freguês’ dedicar-se à produção de borracha para quitar suas dívidas, respeitar a exclusividade comercial do patrão, entregando sua produção e comprando mercadorias unicamente no barracão, pagar a ‘renda’ das estradas de seringa, não deixar o seringal enquanto tivesse débitos em aberto e zelar, sob pena de multas, pela conservação das árvores de seringa (Iglesias, 2008, p. 44).

Silva (2003) exemplifica essa relação de sujeição e exploração do trabalhador seringueiro em relação ao seu patrão seringalista por meio do sistema de aviamento:

**Quadro 01 - Estrutura do sistema de aviamento.**



Fonte: Adaptado de Silva (2003, p. 103).

Podemos destacar que os nordestinos viviam miseravelmente sob condições de vida rigorosas perante os longos períodos de doença causadas na adaptação dos trabalhadores aos rigores do clima amazônico e, do grau de exploração laboral que ficaram submetidos nos seringais, a exploração se dava em todas as instâncias. Em seus trabalhos, os seringueiros eram explorados ao extremo, numa situação de endividamento permanente com a compra de

mercadorias sob preços elevados, a venda de seus produtos – a borracha – a preços baixos e, quase sempre ludibriados na hora dos acertos de contas.

Alguns autores estimam que não menos de meio milhão de nordestinos sucumbiu às epidemias, ao impaludismo, à tuberculose ou ao beribéri na época do apogeu da borracha. ‘Este sinistro ossário foi o preço da indústria da borracha’. Sem nenhuma reserva de vitaminas, os trabalhadores das terras secas empreendiam a longa viagem para a floresta úmida. Ali os aguardava, nos pantanosos seringais, a febre. Iam amontoados nos porões dos barcos, em tais condições que muitos sucumbiam antes de chegar; antecipavam assim seus próximos destinos. Outros, nem sequer conseguiam embarcar. Em 1878, dos 800 mil habitantes do Ceará, 120 mil seguiram rumo ao Amazonas, mas só chegou menos da metade; os restantes foram caindo, abatidos pela fome ou pelas doenças, nos caminhos do sertão ou nos subúrbios de Fortaleza. Um ano antes, começava uma das sete piores secas de quantas açoítaram o Nordeste durante o século passado (Galeano, 2012, p. 86).

Os seringalistas detinham todo o poder sobre os seringueiros, até de sua alimentação. Faziam isso, quando tornava proibida o cultivo de roçados pelos seringueiros, intensificando ainda mais a utilização da força de trabalho deles (Iglesias, 2008) e garantindo que os mesmos seriam eternamente devedores dos barracões com a compra de alimentos, que em geral se tratavam de comidas enlatadas, popularmente conhecidas como “conserva”. Somente com as crises da economia empresarial da borracha, os seringueiros puderam desenvolver práticas de agricultura e criação de animais junto a coleta da castanha que acontecia de maneira tímida, pois se dava em período chuvoso que impedia a extração do látex (Silva, 2003).

Iglesias também faz referência às observações realizadas por Euclides da Cunha sobre os seringais estabelecidos no rio Purus:

[...] em 1905 levaram-no a afirmar que estava ali configurada ‘a mais criminosa organização do trabalho que ainda engenhou o mais desacomodado egoísmo’, e que o seringueiro era ‘o homem que trabalha para escravizar-se’ (Cunha, 1976: 109; 131). São copiosas na historiografia e nos textos de viajantes e cronistas, por outro lado, as menções à truculência dos patrões durante as primeiras décadas de funcionamento da empresa seringalista, resultando em freqüentes arbitrariedades, atos de violência, castigos físicos, assassinatos encomendados e crimes sem punição. (Iglesias, 2008, p. 45).

Cardoso (2022), destaca que a dívida também pode ser considerada um motivo para a permanência dos imigrantes, pois estes chegam no local de destino endividados e são, portanto, obrigados a trabalhar para pagar os custos da viagem. O migrante nordestino já chegava nos seringais devendo, as dívidas de sua viagem eram assumidas pelo seringalista e, posteriormente os valores das despesas seriam descontados da sua produção de borracha (Silva, 2003). Em conformidade, Galeano (2012) ressalta a situação dos nordestinos que foram para a região

amazônica em busca de melhores condições de sobrevivência, alguns se agarravam à ilusão da volta:

Em 1888 foi abolida a escravatura no Brasil. Mas não foi abolido o latifúndio e no mesmo ano escrevia uma testemunha do Ceará: ‘O mercado de gado humano esteve aberto enquanto durou a fome, pois compradores nunca faltaram. Raro era o vapor que não conduzia grande número de cearenses’. Meio milhão de nordestinos emigraram para a Amazônia até o fim do século, atraídos pela ilusão da borracha. Mas o êxodo continuou, impulsionado pelas periódicas secas que assolavam o sertão e pelas sucessivas ondas de expansão dos latifúndios açucareiros na zona da mata. Em 1900, 40 mil vítimas da seca abandonaram o Ceará. Tomaram o caminho que na época era o habitual: a rota do norte para a floresta. (Galeano, 2012, p. 84).

Esses trabalhadores migrantes não recebiam regularmente e tão pouco eram assalariados. Sendo assim escravizados pelas dívidas, através das relações de trabalho compulsório (Silva, 2003). Diante disto, Galeano (2012, p. 86) em seus escritos discorre sobre a relação de trabalho dentro dos seringais amazônicos:

Havia um acordo entre empresários para não dar trabalho a quem tivesse dívidas pendentes; os guardas rurais, postados nas margens dos rios, disparavam contra os fugitivos. Dívidas se somavam às dívidas. À dívida original, pelo transporte do trabalhador desde o Nordeste, agregava-se a dívida pelos instrumentos de trabalho, facão, faca, baldes, e como o trabalhador comia, e sobretudo bebia, pois no seringal nunca faltava a aguardente, quanto mais antigo ele fosse, maior era a dívida que acumulava. Analfabetos, os nordestinos eram vítimas indefesas dos passes de mágica da contabilidade dos administradores.

Em 1904, o prefeito do Departamento do Alto Juruá, o Coronel Gregório Thaumaturgo de Azevedo tenta por meio de decretos mediar as desavenças, estabelecer acordos e regulamentar as relações de trabalho nos seringais através do Decreto nº 15, de 15 de dezembro de 1904, que ficou conhecido como “Lei do Trabalho”, este Decreto estabelecia novas formas de trabalho como empreitada, parceria e renda com contratos “de obrigações e direitos recíprocos entre patrões e trabalhadores” (Iglesias, 2008, p. 47). Além do citado o Coronel Azevedo pretendia também obrigar os seringueiros “sob pena de multa, a plantar, no entorno de sua barraca, pelo menos mil covas de mandioca, bem como feijão e milho (Azevedo, 1905: 188-94)” (Iglesias, 2008, p. 48), Azevedo declarou ainda que os rios seriam de domínio público a fim de desmonopolizá-los, pretendia estabelecer a ordem no seu Departamento com a prisão em 1905 de grandes proprietários da época (seringalistas) para “servir de exemplo” de Justiça, mas suas medidas não foram suficientes para a forma de poder dos seringalistas e eram encaradas por parte dos funcionários do judiciário como afrontas aos poderes do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

A crise da borracha causada pela concorrência dos seringais asiáticos nas primeiras décadas do século XX, permitiu que os seringueiros “abrissem colocações em áreas de mais fácil acesso, próximas dos rios - ‘na margem’, ou de ‘áreas urbanas’” (Silva, 2003, p. 107). Ainda assim, Iglesias (2008) explica que em 1905 existiam duas formas de comercialização da borracha, uma que denomina como “regime de troco”, onde o seringueiro freguês entregava a sua produção diretamente ao patrão, a fim de pagar suas dívidas e obter saldo no barracão. A outra maneira, “por sua conta em risco”, seria o seringueiro enviar sua produção embarcada diretamente para as casas aviadoras de Belém e Manaus e o valor vigente recebido diretamente das casas fosse creditado em sua conta no barracão. Mesmo endividados, alguns poucos seringueiros conseguiam obter saldo em suas produções. Esses acabaram se estabelecendo como proprietários de pequenos seringais, outros retornaram ao seu estado natal definitivamente ou para recrutar familiares para os seringais.

De acordo com Iglesias (2008)

Havia seringueiros que trouxeram suas esposas e filhos; outros, apesar do grande desequilíbrio entre o número de homens e mulheres, lograram constituir famílias após chegarem. Nestes casos, caso obtivessem autorização dos patrões, tinham maiores condições de cultivar pequenos roçados, produzir farinha, criar animais e, caso tivessem família mais numerosa, dispor de sua mão de obra no corte da seringa, na agricultura e na pesca, possibilitando uma diminuição nas compras no barracão Iglesias (2008, p. 50).

Apesar de sua condição de explorado pelo patrão, com a crise da borracha, após as primeiras décadas do século XX, o seringueiro com o trabalho familiar passa a ter maior autonomia produtiva, vivendo quase na condição de posseiro “detentor de seus meios de produção e de posse de sua terra de trabalho” (Silva, 2008, p. 139). Assim, mesmo estando submetido ao patrão, o seringueiro em sua unidade produtiva e moradia, detinha certa autonomia criando, o que foi destacado por Almeida (1992) *apud* Iglesias (2008), o campesinato florestal:

A borracha continuaria a ser produzida pelos seringueiros em suas colocações, mas como uma atividade dentre outras. Aqueles que optaram por permanecer nas colocações, ao invés de continuarem especializados na extração da seringa, a ela dedicando a maior parte do ano para a obtenção de um produto que permitisse comprar suas necessidades no barracão, passaram a fazer uso mais diversificado dos recursos naturais. Esse "campesinato florestal" (Almeida, 1992) redefiniria a matriz temporal antes imposta pelo corte da seringa e pelo patrão, passando a dedicar maior número de dias à agricultura, na terra firme e nas praias, às caçadas, à pesca e à coleta de produtos florestais, combinando, de acordo com as épocas do ano e a composição de seus grupos domésticos, estratégias produtivas para a obtenção de bens tanto para a subsistência como para a comercialização (Iglesias, 2008, p. 98).

Então, os seringueiros passam a suprir também as necessidades familiares e não apenas as do patrão. Conforme Farias e Silva (2014), isso, mais tarde permitiu a transformação do espaço agrário acreano de áreas estagnadas para o extrativismo, para áreas de implantação de práticas agropecuárias.

Também Iglesias (2008), relata que

Apesar da maior dificuldade, devido aos baixos preços da borracha, de adquirir as mercadorias, ferramentas e outras ‘necessidades’ e do esforço requerido para a realização de um maior número de tarefas, apontadas acima por Tastevin, melhorias na qualidade de vida de parte dos seringueiros também decorreram dessa nova situação, na forma de uma alimentação mais variada e rica, que incluía gêneros agrícolas frescos, mais caças e peixe, na diminuição do trabalho de até seis dias por semana, antes empenhado na produção da borracha (que além do corte, exigia a coleta de cocos e a defumação das pelias) e de uma maior autonomia face aos patrões. No caso dos seringueiros situados nas cabeceiras dos rios, devido à sua maior produtividade, os seringueiros, apesar do menor número de dias dedicados ao corte, e apesar da "carestia" e da alta nos preços das mercadorias, conseguiram continuar comprando bens que não podiam faltar, dentre eles, o sal e a munição, mesmo durante os piores anos da crise (Almeida, 1992, p. 39-41 *apud* Iglesias, 2008, p. 100).

Com a necessidade de se fazer atividades produtivas diferentes com o objetivo de subsistência e de comercialização, criou-se um incentivo à constituição de novos agrupamentos familiares. Fugindo da ilusão passada para a maioria dos seringueiros de “enricar” acumulando os saldos das produções entregues aos patrões e retornar aos seus locais de origem, inclusive para “casar, no período de crise a possibilidade de permanecer nos seringais e gozar de melhores condições de vida passou a depender da mão de obra diversificada que o grupo familiar, de preferência numeroso, poderia ter (Almeida, 1992: 40; Wolff, 1999: 113-17)” *apud* Iglesias (2008, p. 101). Portanto, os momentos de crises, possibilitaram e influenciaram “as formas espaciais de produção familiar agrícola.” (Silva, 2003, p. 108).

Neste contexto, os seringueiros deveriam escolher entre migrar para as cidades ou produzir por sua conta nos seringais. Conforme o exposto, Silva (2003) afirma que

com o aumento da mobilidade territorial interna da população, o governo do então Território Federal do Acre, a partir da década de 40, teve que desenvolver uma política de reassentamento dessas famílias em ‘colônias agrícolas’ localizadas nas proximidades das cidades, em antigos seringais, desapropriados e loteados para esta finalidade. Com isto, absorvia-se esta mão-de-obra, amenizava os problemas urbanos que poderiam advir. Ao mesmo tempo, tinha-se aumentado a produção de excedentes agrícolas, com vista a abastecer o não mais tão incipiente mercado local (Silva, 2003, p. 109).

Podemos também destacar que a partir de 1960, foram criados pelo governo federal incentivos para a migração do centro sul em direção ao centro-oeste e norte brasileiro, como parte das políticas de expansão da Fronteira Amazônica (Becker, 1997). Nisto se teve base para

a implantação de projetos de assentamentos familiares, em áreas desapropriadas para receber colonos vindos de outras regiões e, regularizar as situações de seringueiros que aí já viviam, devido às condições conflituosas. Perante a regularização das terras ocupadas por seringueiros, muitos tiveram que deixar seus modos de vida nas colocações e aderir outro modo de trabalho e uso da terra em lotes de assentamentos. Com isto, apesar do reconhecimento da propriedade da terra, deixando de ser posseiros e passando a ser proprietários legais, este processo levou muitos (proprietários) a serem rapidamente expropriados da propriedade agora reconhecida. Diante disto, muitos seringueiros preferiram continuar nas colocações dedicando-se ao extrativismo e à agricultura com base no trabalho familiar para suprir suas necessidades. Isto daria bases para a luta pelo território florestal como local legítimo de suas vivências, o que nos anos 1990 veio com a proposta da Reserva Extrativista (RESEX).

Portanto, os trabalhadores nordestinos passam por várias adaptações ao longo da sua instalação ao território acreano, transforma-se de bravos à mansos, de fregueses a produtores de subsistências, de seringueiros à posseiros, de posseiros à proprietários e assim consolidam-se na terra que antes era local de sua escravização e agora é lugar da produção familiar e resistência camponesa. De acordo com o que foi citado no início, o nordestino estranho modificou o espaço e ao mesmo tempo se modificou para conseguir sobreviver.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante dos escritos acima, podemos compreender como ocorreu a forma de ocupação das terras que hoje são conhecidas como território brasileiro e que compreendem o atual Estado fronteiriço do Acre. A lógica capitalista esteve presente neste processo de produção do espaço acreano, com a implementação da empresa extrativista que visava os lucros para apenas alguns setores do processo produtivo, mas trabalho forçado e exploração extrema para os trabalhadores em primeiro lugar, visando o lucro a partir da expropriação e exploração de outros.

A migração nordestina veio como resposta à resistência dos indígenas que não compactuavam com essa forma de exploração e expropriação de suas terras. Diante disto, criou-se a solução da falta de mão de obra com a chegada abrindo espaço para os nordestinos virem para a região amazônica, sob discursos de uma falsa possibilidade de enriquecimento. Estes que foram iludidos com a falácia de poder trabalhar em um local em que poderiam enriquecer de forma rápida, com a vantagem de fugir da seca e poder voltar à sua terra natal em melhores condições de vida.

Entende-se que os migrantes nordestinos, somente foram explorados e tratados como instrumento de trabalho. Sistema de trabalho que pode ser considerado igual ao de escravização, onde todo o tempo de vida dos trabalhadores deveria ser dedicado à produção da borracha, mercadoria fundamental para manter as bases de funcionamento das casas aviadoras de Belém e Manaus, e dos enriquecimentos dos mandatários dos seringais.

Porém, abriu-se uma “brecha” de alívio aos laços compulsórios que prendia os trabalhadores quando ocorreu a crise na economia empresarial da borracha; então após a segunda década do século XX, muitos voltam para o Nordeste, e aqueles que não voltam, têm a possibilidade de poder melhorar minimamente sua qualidade de vida com o cultivo de subsistência, a criação de gado como poupança ou migrar para as cidades regionais. Entendemos que é importante sempre lembrar os fatos históricos amargos para que não se repitam futuramente.

#### 4. REFERÊNCIAS

BECKER, Olga. M. S. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia e contextos. In: CASTRO, I. E. et al (Orgs.) **Explorações Geográficas**. Percurso no Fim do Século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CARDOSO, Aldenise. O. **Movimento pendular entre Plácido de Castro, Acre - Brasil e Puerto Evo Morales, Pando - Bolívia**. Rio Branco, 2022. 69 f. Monografia (Graduação) - Universidade Federal do Acre, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Curso de Geografia. Rio Branco, 2022.

FARIAS, Cleilton S. de; SILVA, Silvio S. da. As fronteiras da fronteira e a expressão da multitransterritorialidade acreana. **ENTRE-LUGAR**, [S. l.], v. 5, n. 9, p. 95–110, 2014. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/entre-lugar/article/view/4499>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2024.

FONTANA, Raphael L. M; RODRIGUES, Auro J.; SILVA, José A. B. O trabalho e a técnica na produção do espaço geográfico. **Caderno de Graduação - Ciências Humanas e Sociais - UNIT - SERGIPE**, [S. l.], v. 3, n. 3, p. 269-284, 2016. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/cadernohumanas/article/view/2981>. Acesso em: 13 nov. 2023.

GALEANO, Eduardo H. **As veias abertas da América Latina**. Eduardo Galeano; tradução de Sergio Faraco. – Porto Alegre, RS: L&PM, 2012.

IGLESIAS, Marcelo M. P. **Os Kaxinawá de Felizardo: correrias, trabalho e civilização no Alto Juruá**. Rio de Janeiro: UFRJ/MN/PPGAS, 2008. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro/Museu Nacional/Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. 415 f. Rio de Janeiro, 2008.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

PRIEB, Sérgio A. M.; CARCANHOLO, Reinaldo A. O trabalho em Marx. In: CARCANHOLO, Reinaldo (org.). **Capital**: essência e aparência. Vol. 1. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SILVA, Silvio S. **Na fronteira agropecuária acreana**. 1ª ed. Presidente Prudente; Rio Branco: ACREditando - 1. 2003.

SILVA, Silvio S. **ACRE**: uma visão temática de sua geografia. Rio Branco: EDUFAC, 2008.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. 14 ed. São Paulo: Contexto, 1998.